

O PT e os trabalhadores brasileiros: lutas, conciliação, desregulamentação*

Maria Orlanda Pinassi**

Nos seus 33 anos de existência, a história do PT se constituiu de modo indissociável aos processos vivenciados pela classe trabalhadora no período. Mas, enquanto seu ponto de partida objetivava uma síntese da luta de classes, seu ponto de chegada se define pela sua antítese.

Num ensaio, de 1995, sobre Lula¹, Florestan Fernandes capta o momento da inflexão afirmando que “duas tendências fortes do PT ou levam à social democracia ou ao socialismo revolucionário”, ou fazem uma “revolução dentro da ordem” ou uma “revolução contra a ordem”. Àquela altura dos acontecimentos, Florestan observa que o PT, no melhor dos casos, seria um partido “democrático radical”. O realismo quase pessimista da análise que ele faz do PT² na ocasião não decorre somente das condições políticas do período senão dos reflexos social e economicamente negativos que a classe trabalhadora começa a sofrer da ofensiva neoliberal no Brasil, nos anos de 1990: reestruturação produtiva, desemprego crescente e precarização. Ou seja, o refluxo imposto à classe já se fazia sentir no interior do partido em seu encaminhamento pela *linha de menor resistência*.

Se vivo estivesse, Florestan lamentaria, mas certamente não se surpreenderia com a função social que o PT e sua criatura inseparável – o lulismo –, de fato, cumpriram no decorrer da sua história. Não deram vida nem a uma nem a outra forma de contestação necessária à ordem. Pelo contrário, ao completarem 10 anos no alto da administração do Estado brasileiro, podem gabar-se de atingir, num só golpe, a objetividade e a subjetividade da classe de suas próprias origens, manejando, com sucesso, a mais enganosa das alianças políticas de nossa história: a relação entre capital e trabalho. O ardil vem se aprimorando na arte de conceber a mais competente, profunda e espúria *reforma política*, as tais contrarreformas ou desregulamentações tão necessárias à *reprodução destrutiva do capital neoliberal* ora em curso no país, sob o nome de neodesenvolvimentismo.

* Este texto foi elaborado a partir de debates acalorados e imprescindíveis com Silvia B. Adoue e Frederico Daia Firmiano.

** Professora de sociologia da FCL/UNESP de Araraquara.

¹ Florestan Fernandes. *A contestação necessária*. (São Paulo: Editora Ática, 1995), p.47.

² Silvia Adoue admite a hipótese de Florestan pensar na experiência chilena e na incapacidade do PT de formular qualquer proposta semelhante àquela. Possivelmente ela esteja certa.

Ao findar os anos de 1970, a “ditadura do capital sob tutela militar”³ começa a encontrar sérias dificuldades para dar prosseguimento a sua política autocrática. Não podemos nos esquecer, porém, que foi pela força, principalmente, que essa quadra trágica da história brasileira conseguiu completar, com enorme êxito, as tarefas a que se dispusera realizar em 1964: primeiramente interrompeu o avanço dos levantes populares que antecederam o golpe; manteve caladas as vozes dissonantes e abriu sem maiores percalços as nossas fronteiras para o capital estrangeiro; por fim, impulsionou, com pesados recursos financeiros, um processo conservador de modernização no país que ainda possuía extensões consideráveis de seu território mergulhado em agrarismo subdesenvolvido.

Com violência aprimorada na *Escola das Américas*, implantou, nos anos de 1970, a *Revolução Verde*, através do que criou agroindústrias e industrializou o campo com muito veneno e inovações tecnológicas; dinamizou o *Projeto Carajás* (PA) e toda a cadeia destrutiva que envolve a mineração, fundada ainda no governo Vargas com a criação da Companhia Vale do Rio Doce; expropriou uma imensidão de terras indígenas, quilombolas e de pequenos camponeses e expulsou milhares de famílias para as periferias das cidades. Consumou, enfim, uma das fases mais agressivas de proletarianização a que esse país já assistiu visando prover de força de trabalho a demanda expandida de múltiplos setores da produção nos meios urbano e rural. Estavam ali fundados os alicerces necessários ao neoliberalismo praticado nos anos de 1990.

Mas, apesar da ostensiva militarização das instituições brasileiras - do regime político que, com o intuito de servir ao capital, deprimiu todos os canais de contestação da ordem -, as contradições sociais se acirram e as manifestações de insatisfação se tornam inevitáveis. É assim que já a partir de 1968 e 1969, deflagram-se as greves de Contagem, MG, e de Osasco, SP, envolvendo milhares de trabalhadores fabris. As massas começam a se movimentar ousando romper o silêncio imposto pelos generais. Greves nas fábricas, ocupações de terras e de prédios públicos, formação de núcleos de base, de associações de bairro, enfim, ações populares no campo e nas periferias urbanas constituíam a cena social que avançava a propositura das lutas ante-golpe. O PT surge em 1980 representando todo esse contexto de agudização da luta de classes. E é como alternativa política de reorganização das massas que elabora um programa de

³ Tomo emprestado o termo utilizado por Luiz Ferrari em sua dissertação de mestrado *Agronegócio e luta de classes: diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo agroindustrial citrícola paulista*. IFCH/Unicamp, 2013.

trabalhadores para trabalhadores, recusando-se, então, a estabelecer qualquer proposta desenvolvimentista que envolvesse aliança ou frente com a burguesia brasileira.

É deste mesmo contexto que surgem a CUT e o MST. A CUT representando o conjunto dos trabalhadores assalariados e organizados em sindicatos de oposição à pelegagem apoiada pela ditadura; e o MST que recompõe em novas bases a luta pela terra e pela Reforma Agrária a fim de atender os atingidos pela industrialização truculenta do campo.

O horizonte político desta importante e articulada tríade da história recente do país se efetivava no combate à ditadura já em franco declínio e na fermentação de lutas pela recomposição e ampliação de direitos para a classe trabalhadora que crescia e se consolidava em todas as regiões brasileiras. Desde o princípio, a tática eleitoral já estava colocada para a maioria das tendências representadas dentro do PT, pois isso significava a retomada da democracia no país. Durante algum tempo, a perspectiva das urnas caminhou *pari passu* com as lutas mais ofensivas de enfrentamento da ordem (principalmente, as greves e as ocupações). Mas, o fim da ditadura balizou a consistência da política petista como uma real alternativa da classe trabalhadora à ordem, antevendo-se o dilema que levou sua militância a optar ou pela *linha de menor resistência* ou pelos caminhos da transição socialista o que, neste último caso, implicou a dissidência.

Dois episódios vão desvelar o dilema. Primeiro, os resultados da Constituição de 88, que podem ter significado um avanço em termos da democracia brasileira, mas que, por isso mesmo, colocavam a dúvida sobre a sua viabilidade. E, logo na sequência, a frustrante derrota do PT na eleição presidencial de 1989. Mas, como se disse no início, os fatores decisivos à guinada do PT pelos rumos da representação burguesa, baseando aí a reformulação do seu programa no sentido democrático-popular, não foram de natureza política. Originaram-se sim das condições econômicas e sociais concretas impostas à classe trabalhadora brasileira pelo novo padrão de expansão e acumulação do capital em sua quadra neoliberal.

Por isso é que, já na segunda metade dos anos de 1980, Lula se converte de líder operário em líder da “socialdemocracia dos trópicos”, tornando-se, entre nós, o paladino de um tardio e brevíssimo “Estado de bem-estar social”. Em que pesem as forças anticapitalistas que disputaram a hegemonia interna do PT, forças das quais passou a emanar uma radicalidade cada vez mais incômoda, a tendência moderada, responsável

pelo fenômeno em que se converteu o *lulismo*, foi imperativa e adotou a via branda da negociação com a burguesia que se beneficiara da ditadura. E, ainda, a história de hoje nos permite afirmar que o programa democrático-popular do PT se tornou prevalecente porque inviabilizou todas as alternativas internas que ou apontavam em direção à revolução na ordem ou à ruptura com ela.

Desde então, Lula e seu Partido dos Trabalhadores se dispuseram a continuar organizando as forças populares nos marcos estritos da institucionalidade contribuindo para o seu apaziguamento justamente no momento mais problemático da classe trabalhadora que enfrentava a reestruturação produtiva, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho. Dessa maneira, e à revelia de sua expressiva militância mais combativa e da base social sobre a qual angariou importantes dividendos políticos, distanciou-se até mesmo do reformismo interrompido pela ditadura.

Da tríade inicial, sabe-se que a CUT, ainda nos anos de 1990, capitulou juntamente com o PT e abandonou a combatividade dos primeiros anos. Adotou o mesmo “sindicalismo de resultados” que tanto criticou. O MST, até pouco tempo, seguia firme em sua estratégia de ocupação de terras, ainda desfraldando bandeiras ideológicas mais radicais. Entretanto, o cenário vem mudando com rapidez preocupante também no interior deste que se constituiu no mais importante movimento social de massas da América Latina, uma referência mundial de luta popular. Ainda assim, lampejos de radicalidade continuam a se observar em suas ações devido os militantes que permanecem combativos, o que leva o MST e a Reforma Agrária a um dilema em tudo diferente do PT de 1990. Agora se trata de *capitulação* ou *revolução contra a ordem*. Vejamos por que.

Dez anos à frente da administração do Estado federal é tempo suficiente para o PT e o *lulismo* institucionalizarem o clamor popular que já vinha instrumentalizando seguidamente ora pelo pragmatismo da negociação consentida, ora pelo aliancismo que vão praticar à exaustão antes mesmo de assumir a presidência da República, em 2002.⁴ A intervenção política realizada por Lula e Dilma vem sendo aclamada pelos mais exigentes mentores do neoliberalismo em vigor como a mais eficiente forma de cumprir a exigência de desregulamentar a legislação (em parte regulamentada em 1988) impeditiva à aplicação deste receituário econômico. Tal eficiência vem certamente do

⁴ Lembro aqui da *Carta aos Brasileiros* emitida na campanha presidencial de 2001 e onde fica bem clara a real intenção do partido dali em diante.

seu talento em fazer a mediação entre os interesses do grande capital transnacionalizado e a miséria resultante do padrão de acumulação imposto sobre a classe trabalhadora.

O seu prestígio vem ainda de um decantado neodesenvolvimentismo, urdido pelos seus intelectuais orgânicos e definido como alternativa ao “neoliberalismo ortodoxo” antipático de Fernando Henrique Cardoso. Ora, o “neoliberalismo neodesenvolvimentista” de fato é mais “popular” e politicamente mais interessante à reprodução da ordem destrutiva do capital porque, na forma de renda ínfima, retorna aos trabalhadores miserabilizados uma parte mínima da mais valia extraída deles, só que, graças às políticas de crescimento econômico manipuladas pelo petismo no comando do Estado, o capital avança sem as medidas limitantes do passado. Uma política de alívio sim, mas, tanto quanto o governo tucano de FHC, o PT continua a processualidade aberta pelos militares nos anos de 1970 e não muda uma vírgula sequer do caráter conservador da modernização que aplica ao país historicamente marcado pela condição de colonialidade crônica e de desigualdade social endêmica.

À frente do governo federal, o PT conduz programas de impulsão econômica, com destaque para os PAC’s (Programas de Aceleração do Crescimento)⁵, projeto que amplia enormemente o poder do capital financeiro, do agronegócio, da mineração, do setor energético e da construção civil. Com o neodesenvolvimentismo petista fortaleceu-se a monocultura, a produção de *commodities* – soja, cana-de-açúcar, pinus, laranja – e de bens manufaturados para exportação – ração animal, etanol, celulose, resina, suco. Confirma-se o velho modelo agrícola, baseado na grande unidade produtora e no desmatamento, racionalizado mediante larga utilização de tecnologias baseadas em máquinas, em sementes transgênicas auto-reprodutivas, no consumo campeão de insumos químicos e de veneno (um bilhão de litros por ano). Sob o controle

⁵ “Anunciado como uma guinada na política econômica, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi recebido por muitos – à esquerda e à direita – como uma negação da herança neoliberal e a volta do papel regulador do Estado na economia. Nada mais longe da realidade. As medidas anunciadas são apenas um pouco mais do mesmo. Seus fins e seus meios enquadram-se perfeitamente nos parâmetros do padrão de acumulação neoliberal-periférico, implantado por Collor de Mello, consolidado por FHC e reciclado e re-legitimado por Lula da Silva. Apresentada como tábua de salvação que lograria finalmente concretizar o prometido ‘espetáculo do crescimento’, a estratégia de aceleração **do crescimento organiza-se em função de dois objetivos primordiais: enfrentar o estrangulamento na** infraestrutura econômica nas áreas de energia, transporte e portos; e incentivar a iniciativa privada a sair da especulação financeira e realizar investimentos produtivos.” Plínio de Arruda Sampaio Jr. “Notas sobre o PAC – um passo atrás” (http://www.corecon-rj.org/artigo_plinio_seminario_pac.pdf).

das grandes transnacionais do setor, o modelo hegemônico pelo agronegócio adentra e domina o país gerindo e beneficiando-se do processo de desmonte da ainda mal sedimentada indústria de bens de produção, da reestruturação produtiva, do desemprego estrutural, do enfraquecimento das entidades sindicais, da incidência generalizada do trabalho informalizado e precarizado, sobretudo em sua modalidade análoga à escravidão, da superexploração do trabalho infantil e feminino.

As burguesias internas e externas, fortemente afinadas, enriquecem loucamente à sombra do poder do Estado onde encontram facilidades inéditas para avançar sobre nossas terras, nossas florestas, mananciais de água, reservas minerais, sobre todos nossos recursos naturais e humanos – a cada vez mais fragilizada classe trabalhadora – com voracidade e apetites renovados. O avanço deste padrão de produção destrutiva no Brasil, a partir dos anos de 1990, vai impor uma lógica que, sem abrir mão dos velhos métodos violentos, amplia os mecanismos de apropriação das riquezas do país ao exigir que o Estado promova uma profunda desregulamentação das leis trabalhistas e de proteção ambiental.

É sobre isso o que falávamos logo acima, pois é exatamente aí que o PT e o lulismo, desde 2002, atuam e se revelam indispensáveis para o capital, construindo uma ambientação politicamente propícia às desregulamentações exigidas pelo avanço da acumulação neoliberal. Vão desmontar toda a estrutura jurídica e institucional forjada pelo padrão desenvolvimentista das décadas anteriores. Veja-se, por exemplo, os impactos socioambientais causados pela Lei de Biossegurança, de 2005, pela “revisão” do Código Florestal e pelas investidas em curso sobre o Código da Mineração. Veja-se, ainda, a profunda reforma sindical e trabalhista que promove a partir de 2005.⁶

O PT atende democraticamente às necessidades do capital destrutivo e, democraticamente, ataca cada uma das conquistas históricas da classe trabalhadora. O vazio é preenchido por uma ampla gama de políticas sociais com caráter efêmero, individualista e assistencial aos desterrados e desempregados precarizados que ajuda a

⁶ “A reforma sindical e trabalhista constitui uma das diretrizes do Governo Federal. A urgência requerida por essa reforma deve-se não apenas a uma decisão governamental, mas, sobretudo à necessidade de tornar as leis e instituições do trabalho mais compatíveis com a nova realidade política, econômica e social do País”. (MTE, 2003). Ver Exposição de Motivos da Reforma Sindical-Proposta de Emenda à Constituição – PEC 369/05, Anteprojeto de Lei, Ministério do Trabalho (2005). Apud “Os Sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência” de Graça Druck.

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf>

criar. No comando do Estado, o petismo é o vetor político da miséria formadora de seus dependentes e dos placebos requeridos para sua reprodução. Com tais artifícios, “parece ter sido borrado para sempre o preconceito de classe e destruídas as barreiras da desigualdade. Ao elevar-se à condição de *condottiere* e de mito [...] Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade.”⁷

Pois bem, se os militares usaram a força bruta para calar a classe trabalhadora insurgente contra o capital, o PT no poder a silencia pela ilusão da ascensão social – a classe média bolsista, pelo constrangimento e pelo valor ideológico que atribui ao seu empobrecimento em amplo espectro. O neodesenvolvimentismo e suas políticas compensatórias, mais do que um arremedo neokeynesiano da pobreza, negam a existência da classe transformando-a numa horda de necessitados para os quais renova a relação social baseada no *favor*, mas desta vez com desprezo pelo caráter pessoal que essa relação carregou no passado colonial. Ou seja, o PT certamente será lembrado pelas gerações futuras por converter a miséria do trabalhador brasileiro em sua maior virtude.

⁷ Francisco de Oliveira. “O avesso do avesso” em *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.